AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS

Os Estados Unidos em um novo século: políticas de tempo na Pós-modernidade

The United States in a new century: politics of time in Postmodernity

Sandro Marques dos Santos[1]

Resumo: Os Estados Unidos nasceram como uma república pautada pelo futuro. Entretanto, a partir da década de 1980, uma mudança pôde ser sentida. O abalo de muitas das premissas que haviam guiado o país até aquele momento tornou-se um desafio para o futurismo no país. Antes o lugar para o qual todos direcionavam seu olhar com esperança, o lugar para o qual o passado e o presente se submetiam, cada vez mais o futuro emergiu como uma perspectiva obscura e indesejável, marcando uma nova forma de relação com o tempo. Essa mutação é parte de um processo mais amplo de transformação da modernidade na "pós-modernidade", na qual vimos muitos dos princípios determinantes da modernidade radicalmente transformados. Meu objetivo é precisamente analisar a dimensão de crise da ordem do tempo trazida pela pós-modernidade, mais especificamente como foi refletida e respondida no campo de disputa política dos Estados Unidos.

Palavras Chave: pós-modernidade, Estados Unidos, políticas de tempo, presentismo, neoliberalismo.

Abstract: The United States was born as a republic ruled by the future. However from the 1980s, a change could be felt. The shaking of many of the premises that had guided the country until then became a challenge to the futurism in the country. Rather, the future, the place to which everyone looked with hope, to which past and present are subdued, increasingly emerged as an obscure and undesirable perspective, marking a new form of relationship with time. This change is part of a broader process of transformation from modernity into "postmodernity", in which we have seen many of the radically determinants of modernity are transformed. My objective is precisely to analyze the dimension of the crisis in the order of time brought about by postmodernity, in particularly how the field of political dispute in the United States reflected and answered it.

Keywords: postmodernity, United States, politics of time, presentism, neoliberalism.

Introdução

Os Estados Unidos foram fundados como uma nação que se projetava para o futuro. A causa norte-americana era encarada como a causa universal da humanidade, destinada a alcançar a todos. Era o futuro que justificava os atos dos revolucionários da Independência, não o passado. Ao longo de sua história, os norte-americanos continuariam alimentado os ideais de

[1] Mestrando em História – Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS – Brasil. E-mail: sandroms1995@gmail.com

universalidade e futurismo da sua experiência de liberdade e republicanismo. Com a divisão do mundo entre dois blocos antagônicos no pós-guerra, os Estados Unidos entenderam que o sentido histórico de sua missão e proposito no mundo estava conectado à luta contra o avanço do comunismo. A Guerra Fria tornou-se, assim, o campo de batalha entre dois projetos de futuro distintos e rivais: o norte-americano e o soviético. Entretanto, com a dissolução da União Soviética, os Estados Unidos foram tomados por uma profunda crise existencial. Se por um lado o fim da Guerra Fria parecia motivo de celebrações, por outro, ele carregava um forte gosto amargo. Ele não apenas pôs fim a paradigmas e a consensos que perduraram por décadas, como também qualquer alegação de vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria entrava em contradição com as condições de sua economia. Uma nova e estranha era se aproximava; a globalização, a decadência econômica e o terrorismo em pouco tempo imporiam novos desafios, marcando um momento de pessimismo em relação ao futuro e de nostalgia pelo passado.

Entre algo que não é mais e algo que está se tornando, esse momento é essencialmente o de um tempo desorientado. A ordem do tempo moderna e seus pressupostos até então dominantes são profundamente abalados. O moderno regime de historicidade, calcado no futurismo, na crença no progresso e no ser humano como agente ativo da transformação histórica continua desaparece em favor de uma nova experiência de tempo e de apreensão da história (HARTOG, 2015). Se antes o passado e o presente eram desvalorizados em nome do futuro, essa relação se alterou radicalmente. Essa mudança é parte do surgimento do terceiro estágio do capitalismo, a pós-modernidade. Diferenciado do "pós-modernismo" como um estilo estético, Fredric Jameson, a marca como uma estrutura social, um período novo de nossa história que substituiu e transformou muitos dos princípios determinantes da modernidade, sendo a mutação do tempo um destes. Essa mutação temporal desenvolveu-se como o enfraquecimento de nossa crença na possibilidade de grandes alternativas políticas, na desvalorização do futuro em favor de um presente perpétuo. Como nos diz Jameson: "esse enfraquecimento do senso histórico e da imaginação da diferença histórica que caracteriza a pós-modernidade está paradoxalmente entrelaçado com a perda daquele lugar além de toda história (ou depois do seu final) que chamamos de utopia. " (JAMESON, 2016, p.160). Na forma moderna de organizar o tempo, a possibilidade do novo era essencial. Já na pós-modernidade, encontramos a perda de um horizonte que antevê a possibilidade de uma ordem social oposta a ordem vigente.

Nesse sentido, por mais que estejamos habituados a naturalizá-lo, o tempo não é uma realidade metafísica onde os acontecimentos se desenrolam, mas é em si mesmo alvo de disputa pelo seu significado e pelos modos como ele é experienciado. Possuindo uma dimensão social, as noções de tempo que mantemos também são noções políticas (RUFER, 2010, p.12). Por isso,

mais do que tempo, estaremos falando de políticas de tempo, "a politics which takes the temporal structures of social practices as the specific objects of its transformative (or preservative) intent. " (OSBORNE, 1995, p.xii). As políticas de tempo podem tanto nos mobilizar, quanto nos desmobilizar, nos abrir um tempo de mudança, ou de estagnação, de prosperidade ou de declínio. O que assistimos surgir na pós-modernidade é uma reordenação política do tempo que o reduziu ao presente. A um presente que se basta e que é incapaz de ver algo para além de si mesmo, a não ser talvez seu passado. Por sua vez, antes tão desejado e visado, o futuro foi tornando algo obscuro e mesmo aterrador. Presos ao presente por nosso medo pelo futuro, parece não haver outra possibilidade de organização social que não a já estabelecida. Logo, o presentismo (essa dominação do presente em nossa experiência temporal) não poderia se não exercer impacto na prática da política. Meu objetivo é precisamente analisar como essa crise na ordem do tempo se refletiu e foi respondida na política norte-americana. Para o entendimento dessa mudança temporal nos Estados Unidos, darei especial atenção para processos econômicos e políticos fundamentais da sua última década do século XX, a saber a recessão econômica do início dos anos 1990, a transformação geopolítica gerada pelo fim da Guerra Fria e o surgimento e consolidação do neoliberalismo. Assim sendo, ainda que possamos entender o fenômeno do presentismo no âmbito geral dos países ocidentais, diferentes casos implicam diferentes cenários e imperativos que merecem nossa atenção, demostrando a complexidade das diferentes formas como as sociedades humanas se relacionam com o tempo e com a história.

Uma nação nascida para o futuro

Ao declararam sua independência, os Pais Fundadores dos Estados Unidos legitimaram-se no futuro. Suas ações não eram validadas por exemplos do passado, mas pela futuridade de seu novo modelo de governo. Para eles, o passado, encarado majoritariamente como uma coleção de exemplos de despotismo, já não mais importava. O nascimento de sua república era, então, anunciado como uma ruptura com o passado em direção a um novo futuro. Nas palavras do poeta norte-americano Herman Melville: "The Past is a text-book of tyrants; the Future is the Bible of Freedom." (Apud STEPHANSON, 1995, p.41). Agora, os norte-americanos se conectavam apenas a esse futuro e a sua causa pela liberdade. Isso mostra a forte sintonia entre essa maneira de apreender o tempo na jovem república e o moderno regime de historicidade.

Com a transição entre o regime de historicidade clássico, marcado pela exemplaridade do passado para o presente e para o futuro, para o regime moderno, o passado deixa de ser impositivo e a capacidade humana de manejar racionalmente a história surge não apenas como

algo possível, mas também como algo necessário (HARTOG, 2015). Como um continuo processo de progresso, a história deve se direcionar apenas para o futuro e, como consequência, é também em sua direção que devem se guiar as sociedades humanas. No caso dos Estados Unidos, essa politização do tempo tomou forma na defesa de seu modelo de governo republicano como o caminho universalmente compartilhado por toda a humanidade, como um futuro capaz de direcioná-la ao progresso e à liberdade. Nesse projeto de futuro, cabia aos Estados Unidos um papel único de erguerem-se como o bastião dessa liberdade, um exemplo a ser seguido. Era seu destino carregar esse fardo e missão.

Ao longo da história do país, essa leitura de dever e destino messiânico permaneceria um aspecto importante de sua imaginação nacional. Ela seria marcante nos famosos editoriais publicanos pelo jornalista John O'Sullivan em favor da expansão territorial como destino manifesto do povo estadunidense para o desenvolvimento "of the great experiment of liberty and federated self-government entrusted to us".[2] E, ainda mais marcante nesse aspecto, foi seu editorial *The Great Nation of Futurity* de 1839 em que ele descreveu os Estados Unidos como "the beginning of a new history, the formation and progress of an untried political system, which separates us from the past and connects us with the future only" e proclamou que "we may confidently assume that our country is destined to be the great nation of futurity."[3]

Entretanto, ao passo em que os Estados Unidos eram encarados como uma terra prometida e destinada à grandeza, eles não eram vistos como um agente da transformação mundial. Ao país, cabia o dever de permanecer um exemplo àqueles dispostos a segui-lo, evitando maiores engajamentos no exterior. Na medida que os Estados Unidos adquiriram o status de potência, esse enfoque em sua missão como exemplaridade tornou-se um ponto de tensão. Mais fortes se tornaram as vozes daqueles favoráveis à transformação da república em um guardião que ativamente conduziria outros povos à civilização e à democracia (STEPHANSON, 1995, p.xiv). Essa tensão perdurou até o fim da Segunda Guerra Mundial; com o início da Guerra Fria, o país definitivamente converteria a tarefa de propagar militantemente seu modelo de democracia como precondição para o futuro da liberdade. Logo, o século XX tornou-se palco de embate entre dois projetos de futuro rivais e irreconciliáveis. Para ambos os lados, o futuro correspondia a propagação e consolidação definitiva de seu próprio modelo político.

Exemplificando essa mudança, os Estados Unidos tomaram para si o dever de liderar a transição democrática na Alemanha e no Japão e a reconstrução europeia. Ao invés de retornarem a um isolacionismo como o país havia feito no pós-Primeira Guerra Mundial, agora ele

[2] Disponível em <https://bit.ly/374tQde>
[3] Disponível em <https://bit.ly/375Jqp7>

estaria intimamente envolvido nos acontecimentos geopolíticos do mundo. Essa mudança iniciou uma tradição na política externa norte-americana que adotava "the assumption that the Unites Stats can, should, and must reach out to help other nations share in the American dream." (MCDOUGALL, 1997, p.173). O projeto de futuro norte-americano dependia da sua capacidade de conquistar as mentes e corações dos povos do mundo. Assim, o Sonho Americano foi convertido de um sonho de futuro para ser copiado para um a ser exportado. Isso é bem explicitado nas falas de John F. Kennedy sobre o Vietnã ainda em seu período como senador:

> What we must offer them is a revolution - a political, economic and social revolution far superior to anything the Communists can offer - far more peaceful, far more democratic and far more locally controlled. […] This is the revolution we can, we should, we must offer to the people of Vietnam - not as charity, not as a business proposition, not as a political maneuver, nor simply to enlist them as soldiers against Communism or as chattels of American foreign policy - but a revolution of their own making, for their own welfare, and for the security of freedom everywhere.[4]

É nítido o grau de futuridade contida nesse excerto; a maneira como o futuro da liberdade passou a estar ligado a capacidade dos Estados Unidos de oferecerem um futuro de prosperidade a outras nações. Em alinhamento com esse pressuposto, comentando a atmosfera do período da Guerra Fria, um consultor do Pentágono afirmou que aquele momento era "one of change, of ferment, of self-confidence – of 'knowing' what had to be done, and unquestioning 'can do'. It would all lead to a better world. It was the time of Camelot." (Apud MCDOUGALL, 1997, p.188).

Fim do futuro e o fardo do passado

Pode-se afirmar que as décadas de 1980 e 1990 viram o último suspiro de futurismo. Enquanto o fim das ditaduras de segurança nacional na América Latina e dos regimes socialistas do Leste Europeu despertaram entusiasmo em relação as possibilidades de futuro, em pouco tempo, ele se veria engolido pelo presente e pelo passado. A partir de então, "poucos períodos se mostraram tão incapazes de moldar alternativas imediatas para si mesmo, quanto menos imaginar aquelas grandes utopias que ocasionalmente talham o *status quo* como uma queimadura de sol" (JAMESON, 2011, p.195). Se antes vivíamos sob um regime de historicidade marcado pelo permanente olhar em direção ao futuro, agora somos presos a um presente que é o horizonte de si mesmo. É como se a história estivesse deslizando de nossas mãos; incapazes não de agir nela, mas de efetivamente imaginar alternativas que nos coloquem em ação no

[4]Disponível em <https://bit.ly/2UB2ysc>

tempo. O futuro antes encarado como qualitativamente melhor que o presente, portanto, desejável, agora é uma perspectiva tão terrível que nós nos negamos a chegarmos nele. Ficamos, assim, confinados a um presente em que, muitas vezes, reina o próprio passado. Como esse processo de perda de futuro ocorreu nos Estados Unidos? Um primeiro olhar poderia simplificar esse problema. Afinal, a década de 1990 viu seu grande rival se dissolvendo, como poderia tamanho cenário melancólico ter afetado o país em momento de tamanha glória? Se caíssemos nisso, encerraríamos a questão justamente quando ela mostra complexidade histórica. Estando como estava o projeto norte-americano de futuro submetido à dinâmica da Guerra Fria de que maneira seu encerramento naquele momento o afetou?

Ao passo em que o fim da Guerra Fria pode ser trazido como justificação dos ideais de superioridade e excepcionalidade do modelo norte-americano, ele também foi motivo de controvérsia. O seu fim retirou a lógica sob a qual o projeto de futuro norte-americano existia por tantas décadas, lançando inevitavelmente a questão: o futuro chegou? Francis Fukuyama foi um dos primeiros a afirmar: ele chegou e com ele o fim da história. Baseado na narrativa de excepcionalidade dos Estados Unidos, ele afirmou que no momento em que os valores norte-americanos fossem universalmente reconhecidos, haveríamos alcançado o fim, pois não podemos imaginar nada melhor. Em suas próprias palavras:

> What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government. (FUKUYAMA, 1989, p.4)

Uma análise que não é desprovida de lógica se tivermos em mente que, sendo o projeto norte-americano um projeto de futuro, ele não deveria postular um fim da história como outros projetos também faziam? E esse fim não seria justamente quando o único sistema capaz de rivalizar o sistema capitalista liberal chegasse ao seu fim? Longe de ser incontestado, contudo, a tese de Fukuyama foi extremante criticada. Mesmo o então presidente George H. W. Bush saiu em defesa de que a história não havia acabado: “This is not the end of history.”[5] A verdade é que o fim da Guerra Fria longe de produzir consenso, intensificou um profundo mal-estar nos Estados Unidos.

Utopias deixam de ser utopias quando se realizam. Ou a utopia norte-americana chegou ao fim pela sua realização ou ela não foi realizada. Já vimos que Fukuyama afirmou categoricamente a sua realização, então por que algum norte-americano a negaria? Uma das características de qualquer projeto de futuro é que ele toma o futuro como algo qualitativamente melhor

[5] Disponível em <https://bit.ly/2vkglc3>

que o presente. Como poderia aquele momento ser o futuro se ele era pior do que as décadas que o precederem? Afinal, a década de 1990 se iniciou em recessão econômica, contribuindo para que esse fosse um decênio acompanhado por um constante medo pelo possível declínio do país. Se em 1984 apenas dois norte-americanos de dez expressavam pessimismo em relação ao futuro, em 1990, quatro de dez o faziam e apenas dois expressavam otimismo (MCEVOY-LEVY, 2001, p.41). É, dessa forma, que o conhecido autor conservador norte-americano William F. Buckley negava a tese do fim da história, pois, segundo ele, seria aceitar que os Estados Unidos estariam presos em um eterno e monstruoso declínio social e econômico (MCEVOY-LEVY, 2001, p.42). Poder-se-ia argumentar que o Brasil também sofreu na década de 1985 uma forte crise econômica e que ela não impediu a construção de uma nova projeção de futuro ainda que pouco duradoura (a chamada Nova República). Diante do fim URSS, a crise norte-americana no presente não deveria ter sido contrabalanceada por uma nova projeção de futuro? Três eixos nos guiarão na resposta a essa pergunta e em nosso objetivo de compreender como essa nova forma de experienciar o tempo se consolidou no país.

A primeiro é a de que a mudança em países como o Brasil era interna, eles efetivamente se relacionavam com o cotidiano das pessoas; elas puderam, portanto, tomar a própria crise do presente como superável mediante uma nova projeção de futuro. Enquanto nos Estados Unidos, o fim da Guerra Fria era externo. Se a derrocada dessas ditaduras pôde ser experienciada diretamente por essas populações, esses eventos não puderam ser experienciados do mesmo modo pelos norte-americanos. Ao contrário da Segunda Guerra Mundial e de outros conflitos armados, sua participação no fim da Guerra Fria lhes pareceu distante. Não havia soldados dos Estados Unidos libertando cidades e nações, tais eventos somente puderam ser experienciados como eventos estrangeiros. Eles não puderam oferecer uma estrutura para celebração nacional ou um ponto de resolução da identidade norte-americana (JOHNSON, 2008, p.8) e, assim sendo, de nova projeção de futuro e de superação da crise que assolava os Estados Unidos. A sensação gerada era a de que a história estava sendo feita, mas os norte-americanos não estavam participando nela. Enquanto as populações desses países em processo de redemocratização sentiam uma retomada da história em suas mãos, os norte-americanos, acostumados a se colocarem na posição de protagonistas, sentiram ela deslizar de seus dedos.

Uma das formas de contornar esse distanciamento são claras quando Bush buscava enfatizar que essas transformações tomavam os Estados Unidos como exemplo, dessa maneira

buscava-se criar uma ligação entre o país e esses eventos por meio do fortalecimento da narrativa da "América exemplar".[6] Todavia, como poderia o país ser visto como exemplo estando em profunda crise? O resultado disso é uma dissonância entre as alegações de uma vitória dos ideais norte-americanos na Guerra Fria e as condições da economia do país. Consequentemente, esses levantes não criaram nenhum novo sopro de futuridade nos Estados Unidos. Ao contrário do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, em que o país participou ativamente da reconfiguração global, ele estava demasiado afastado do centro das mudanças e a narrativa da "América exemplar" perdia credibilidade quando os norte-americanos se confrontavam com a sua realidade cotidiana. O país encontrava-se em uma situação de profundo mal-estar: ele ao mesmo tempo encontrava motivos para celebrar os acontecimentos internacionais, mas os experienciava como uma força histórica que transcendia a sua capacidade de intervenção nela. Ao invés de proporcionar uma oportunidade para imaginar novas formas de romper com o presente em crise, os Estados Unidos viviam em um equilíbrio delicado entre tomar seu futuro como realizado e a difícil realidade da crise nacional. A dita vitória na Guerra Fria apenas inseriu novas incertezas em um cenário já incerto.

Esse mal-estar se enraizou tão profundamente na imaginação do país que mesmo a Guerra do Golfo foi tomada por ele. Apesar de ter colocado os Estados Unidos na posição de protagonistas e parecer ter reerguido momentaneamente o espírito norte-americano, em 1992, um profundo pessimismo pós-vitória era nítido. Observando esse mal-estar, o analista de política externa Strobe Talbott afirmou:

> Victory in the gulf no longer seemed total; nor was it clear exactly what guiding principles for future American policy the event had defined. It was even being said that far from serving as a precedent … [A Guerra do Golfo] marked the end – not the beginning of an era. (Apud JOHNSON, 2008, p.12)

É nítido a perda de um ponto de coesão que conseguisse proporcionar qualquer perspectiva clara de futuro; nesse cenário era quase como se os Estados Unidos estivessem impossibilitados de se localizar adequadamente no tempo, como se estivessem soltos nele para usar a formulação de Chriz Lorez (2010).

A segunda coordenada que compõe esse obscurecimento do futuro no horizonte dos Estados Unidos é o fortalecimento da racionalidade neoliberal promovida pela subida de Ro-

[6] "América exemplar" se refere a já anteriormente discutida forma de narrativa do mito do excepcionalismo dos Estados Unidos em que o destino manifesto do país é o de ser um exemplo às nações do mundo e àqueles que querem as transformar, não sendo, porém, ele mesmo agente dessa transformação. Ver DAVIS, T. R.; LYNN-JONES, S. M., 1987, p.20 Para um exemplo dessa narrativa em George H. W. Bush ver <https://bit.ly/2H8phnL>.

nald Reagan à presidência dos Estados Unidos e continuada por seus sucessores. Essa racionalidade "indexes the state's success according to its ability to sustain and foster the market and ties state legitimacy to such success" (BROWN, 2005, p.41). Dessa forma, ela prefigura qualquer ruptura consigo como um desastre. Não podendo romper com essa lógica, não há como desenvolver projeções de futuros outras que não a realidade presente. A crise econômica de 1990 não pôde, portanto, potencializar a ação histórica como a crise de 1929 havia feito. Ao invés de pensar em formas de romper com ele, essa catástrofe tornou-se uma oportunidade para reafirmar esse modelo. A sua superação não foi pautada na ruptura, mas no gerenciamento. É assim que Bill Clinton aparece como um candidato que oferece uma mudança, ao mesmo tempo em que abraça várias das premissas do modelo vigente.[7] O que está por traz de sua crítica a Bush marcada em seu slogan *It's the economy, stupid* é justamente que o seu governo perdeu sua legitimidade dentro da racionalidade neoliberal (BROWN, 2005, p.42). Assim, por mais que falasse em mudança e renovação, o que Clinton ofereceu não era uma ruptura em favor de um novo futuro, mas sim a afirmação de sua capacidade de melhor gerenciar o modelo já estabelecido. Consequentemente, o neoliberalismo paralisa a ação histórica, se afirmando como o único horizonte possível. Qualquer tentativa de romper com seu modelo em busca de novas alternativas apenas nos devolveria um passado catastrófico. Os constantes alertas de Clinton do perigo do retorno da Grande Depressão e da guerra se suas reformas econômicas fossem abandonadas exemplificam isso:

> We entered World War I knowing that we could no longer run from the rest of the world. But in the end, while that war proved our strength, it did not prove our wisdom, for within the span of a short generation after it, we neglected during a careless peace what had been so dearly won in a relentless war. We turned our backs on the rest of the world. We ignored new signs of danger. We let our troops and arms fall out of readiness. We neglected opportunities for collective security in our own national interest. We succumbed to the siren's song of protectionism and erected walls against peaceful commerce with other nations. Soon we had a Great Depression, and soon that depression led to aggression and then to another world war, one that would claim a half million American lives.[8]

Qualquer ruptura com o projeto neoliberal vigente representaria apenas a possibilidade de que o futuro se tornaria ainda mais catastrófico que aquele presente de crise.

A política antes um campo de disputa entre tempos e projetos de futuro distintos é agora racionalizado como instrumental apenas na medida em que ela pode pôr em prática sua função como garantidora de uma ordem presente neoliberal. O único futuro possível e aceitável é esse

[7] Podemos pensar o mesmo fenômeno em diferentes países, seja no Reino Unido com os Novos Trabalhistas de Tony Blair, na Alemanha com a Agenda 2010 do ex-chanceler socialdemocrata Gerhard Schröder ou, no Brasil, com a Carta aos Brasileiros do ex-presidente Lula. De uma forma ou de outra, todos adotaram diversas das premissas do projeto econômico de seus adversários, mas prometendo melhor gerenciá-lo.
[8] Disponível <https://bit.ly/39pzI2q>

presente. Isso não significa que o futuro deixe de fazer parte da ordem temporal, mas ele é racionalizado, como o resto da sociedade, dentro da lógica neoliberal. Logo, antes um *locus* de disputa entre imaginações futuristas coletivas, agora ele é transformado em um campo de disputa individual por futuros individualizados. Nesse sentido, o futuro é vendido a todos como um meio de libertação individual do próprio coletivo. O homem dono de si mesmo é o objetivo ideal para o futuro. Libertado das amarras do coletivo, ele pode lucrar, crescer e construir seu próprio futuro para si, independente dos outros. É claro, antes do neoliberalismo, já existiam promessas de enriquecimento e prosperidade, o próprio *american way of life* é um dos seus exemplos, porém o neoliberalismo radicaliza esses processos. É uma forma de subjetificação do homem, de seu modo de existir e de suas relações sociais levada ao extremo. Em vista disso, para além do crescimento individual, o futuro nos é fechado; somos constantemente colocados em perspectiva do perigo que é pensá-lo como um mecanismo para romper com o presente.

Para tanto, a própria história e ação humana nela são tomadas como fúteis, pois é a nossa crença em ambas que atesta a capacidade humana de modificar sua realidade presente para algo novo. É justamente a possibilidade de criticarmos o presente que nos permite imaginar alternativas e novas possibilidades. Isso é evidenciado em A Utopia de Thomas More em que o autor primeiro parte de uma crítica à realidade presente da Europa para então descrever a sua ilha de Utopia. É precisamente a impossibilidade de criticarmos o presente e, por consequência, o fechamento do futuro como horizonte de novas possibilidades continuas que o neoliberalismo provoca. Mudar é impossível, pois ele inscreve a si mesmo dentro do processo histórico, como sua culminação natural. Ele se utilizava do próprio processo histórico para negar nossa capacidade de intervenção nele. As únicas alterações que ele permite é a aceleração tecnológica indispensável ao capitalismo e a sua absorção de países que estejam de fora de seu tempo e lógica.

É nesse sentido que vemos as continuas afirmações de Clinton na necessidade da expansão do que ele chamava "*free market democracy*" em direção às nações fora da "*community of nations*". Intervenções externas tornaram-se grandes oportunidades de expansão dessa racionalidade. É dessa forma a deposição do presidente haitiano Aristide se tornou uma oportunidade para reformas econômicas, estipuladas como parte não negociável do apoio norte-americano à luta democrática contra o golpe militar no país (COUPEAU, 2008, p.135). O mesmo se deu durante a intervenção norte-americana no Afeganistão e Iraque.[9] A ação militar dos Estados

[9] Um momento bastante significado foi quando o governador designado do Iraque pela coalização Paul Bremer declarou que, após a vitória contra Saddam Hussein, o país árabe estava "aberto aos negócios". Ver BROWN, 2005, p.48.

Unidos nesses países mostra a maneira como o Estado passou a ser submetido a uma racionalidade de mercado em que ele deve remover seus impedimentos, seja em casa, ou no estrangeiro. A despeito de ter sido legitimada por princípios de democracia e liberdade, após a remoção do regime inimigo, essas intervenções deram ênfase à abertura comercial em detrimento do estabelecimento de instituições democráticas (BROWN, 2005, p.48). O "modo de vida norte-americano" era então fundido a essa racionalidade – como mostrado pela própria fusão do termo livre mercado com democracia –, ao ponto em que as próprias liberdades civis eram dispensáveis, passíveis de serem sacrificadas frente à necessidade maior do neoliberalismo, como demonstrado pelo amplo ataque que sofreram durante o governo de George W. Bush.

O próprio uso da história era presente aqui. Tanto nos discursos de Clinton, como nos de Bush era constante a afirmação de um "*calling of history*" para os norte-americanos agirem em prol dessa expansão. O chamado da história, um dos principais mecanismos retóricos na mobilização de forças em lutas por futuros durante o século XIX e XX, é uma parte continua da retórica norte-americana. Pela própria dificuldade de romper com um discurso já enraizado na memória nacional, ele permanece presente nele. Contudo, sob a racionalidade neoliberal, seu uso é transmutado de uma forma contraditória. Ao passo em que ele reafirma uma crença na história, ela é apenas útil na medida em que exprime a necessidade pela expansão do seu projeto. Buscar resistir a ela, por outro lado, é sem sentido, já que a ação humana não pode vencer a forma natural de existir do homem. [10]

Em vista disso, o neoliberalismo afirma uma necessidade de romper com um presente, o estado de bem-estar social, em busca de algo novo. Entretanto, ao se afirmar como novo presente, ele nega nossa capacidade de romper com ele. Ele evidencia uma contradição: ele se coloca como resultado natural do processo histórico, mas não prescindi de uma ação humana para se realizar. Pelo contrário, sua vitória parte de uma luta política continua, porém, ao se consolidar, ele naturaliza sua vitória, negando nossa capacidade de intervenção nesse processo. Logo, a nossa própria capacidade de imaginação e, portanto, de ação, pois primeiro precisamos imaginar para agir, é colocada em dúvida. A tal ponto que, não nos restando mais nada além do presente temporal, "segue-se que você não tem mais nada além do seu próprio corpo. " (JAMESON, Fredric, 2011, p.201-202). As políticas de tempo neoliberais reduzem, portanto, as possibilidades de realização humana à esfera atomizada de sua existência individual e corpórea. Os impulsos utópicos do homem, o desejo de transcender o social para transformá-lo em algo novo

[10] Isso denota um certo limite da capacidade da racionalidade neoliberal de legitimar suas empreitadas em seus próprios termos, daí essa apropriação de discursos já consolidados, não apenas o da história como princípio mobilizador, mas do próprio discurso liberal-democrático como apontamos acima. Ver BROWN, 2005, p.49.

é direcionado ao corpo, que, por sua vez, passa a buscar transcender o social não como meio para a liberdade, para uma outra ordem social, mas como liberdade em si. As plataformas de ambos os partidos, democrata e republicano após 1990 refletiram essa atomização dos anseios do futuro nos sujeitos através do termo "*personal responsability*". Sempre presente em suas plataformas, ele definia a imensa responsabilidade que agora recaia nos ombros dos indivíduos isolados para a realização de seus sonhos. Em um momento revelador na plataforma republicana de 1992:

> Imagine the America we could create if all parents taught their children the importance of honesty, work, responsibility, and respect for others. We would have less violence in our homes and streets; less illegal drug use; fewer teen pregnancies forcing girls and boys to be adults before they have graduated from high school. Instead, we would have an America of families, friends, and communities that care about one another. That kind of future is not a matter of chance; it is a question of personal responsibility.[11]

A conquista de um futuro melhor torna-se um futuro construído por e para o sujeito. A presença continuada da responsabilidade pessoal na plataforma dos dois grandes partidos do país reflete esse deslocamento da esperança de futuro no indivíduo. Mas esse futuro é um futuro dentro do presente, dentro porque ele não rompe com ele, pelo contrário, é a culminação de sua própria lógica presentista.

Desse modo, "the dreams of a better world are dreams of a better world for oneself or one's family. It is not just socialism which appears to have died but the very concept of the social itself." (THOMPSON, 2013, p.5). E, mesmo em momentos em que existem fortes críticas à realidade vigente, os fenômenos da incapacidade de imaginarmos novas alternativas e da consequente redução ao corpo se mostram. O *Occupy Wall Street* carregava uma forte crítica, mas ele não ia além da ocupação dos corpos no espaço. Incapazes de agirmos no tempo, somos reduzidos a uma ação limitado ao espacial. Há, consequentemente, uma enforme dificuldade de se exagerar além, mesmo quando se deseja, se reage ao presente, mais do que se age para transformá-lo em algo novo. Deste modo, o neoliberalismo torna-se mais do que simplesmente um projeto econômico como convencionou-se considerá-lo, ele se transforma em uma poderosa máquina de desimaginação de alguns dos principais pressupostos que moldaram a imaginação ocidental nos últimos séculos. Consequentemente, apesar da crítica aos escritos de Fukuyama por alguns dos próprios defensores do modelo neoliberal, as políticas de tempo neoliberais impuseram um presente neoliberal como único futuro possível, como única alternativa viável para todos. Como muito bem coloca Slavoj Žižek, "é fácil zombar da noção de 'fim da história' de

[11] Disponível em <https://bit.ly/2SzDsro>

Fukuyama", tanto que conservadores o fizeram, porém "o *ethos* dominante hoje é fukuyamiano", pois tomou-se o capitalismo democrático-liberal como a "melhor sociedade possível que finalmente se encontrou – só resta torná-lo mais justo, mais tolerante etc. " (ŽIŽEK, 2011, p.416). A própria forma neoliberal de pensar a história havia decretado seu fim.

Por fim, o terceiro elemento de nossa análise se centra na forma como esse vaco gerado pela perda de futuro foi substituído por um retorno ao passado. É nesse assalto do passado no presente que reside parte da corrosão do futurismo. A década de 1990 foi um período de busca por redefinir a identidade norte-americana em crise. Foi nesse momento que o país fundando como a nação do futuro foi tomado por uma forte nostalgia pelo passado. Nostalgia pelos anos 1950, momento em que a missão norte-americana parecia não ser ambígua e sua capacidade inquestionável (MCEVOY-LEVY, 2001, p.40) e pelos momentos de maior glória dos Estados Unidos como a Guerra Civil e Segunda Guerra Mundial. Esse "boom" de memória não existia apenas em celebrações e comemorações oficiais como a aprovação pelo Congresso da construção do National World War II Memorial em 1993, mas também através de filmes e séries de televisão. Documentários como o The Civil War (1990) de Ken Burns com um recorde de 40 milhões de espectadores e filmes como Gettysburg (1993), Glory (1989) e Saving Private Ryan (1998) catalisaram o interesse do público norte-americano pelo passado. Um interesse que revela a busca pelas gerações pós-Guerra Fria em adquirir significado nas experiências de seus pais e avós (JOHNSON, 2008, p.13). O passado era convertido em um refúgio para as incertezas do presente, compensando essa erosão de futuridade.

A década de 1990 também viu a eclosão de Guerras Culturais em que o passado norte-americano era o grande ponto de discussão. O crescimento de uma historiografia que reavaliava muita das certezas sobre o passado provocou uma forte oposição daqueles que acusavam qualquer revisão do passado como fomento à crise de identidade dos norte-americanos (AVILA, 2016.p. 253). A busca por dar complexidade à história norte-americana, incluindo seus aspectos mais obscuros justamente quando o passado era o maior ponto de estabilidade e otimismo, levou ele e não o futuro para o centro do debate nacional. Por conseguinte, o pós-Guerra Fria foi marcado por confrontos em torno do sentido histórico do passado nacional, contrastando com o pós-Segunda Guerra, em que o grande debate era centralizado no futuro, não no passado.

A própria busca por dar sentido àquele presente em que o país estava vivendo era fortemente marcado pela presença do passado:

> The American Civil War and World War II, each used by the Bush administration to rhetorically frame the end of the Cold War and the Gulf War, respectively, can to some extent be understood to have acted as surrogate victories through which Americans could experience a renewed victory culture and reimagine the incoherency and uncertainty of the Cold War victory and its consequences. (JOHNSON, 2008, p.13)

Esse presente não se sente confortável consigo mesmo de tal forma que ele busca nas certezas do passado uma coerência inexistente no agora. Um presente que, auto estranhado pelas incertezas geradas pelo fim da Guerra Fria, converte leituras fornecidas pelo passado em um mecanismo para tornar esses eventos presentes minimamente assimiláveis. É o passado marcando uma presença impositiva no presente. Essa presença também aparecia na esperança que muitos demostravam na década de 90 da Guerra do Golfo como uma oportunidade para o país purgar o fantasma do Vietnã (MCEVOY-LEVY, 2001, p.149). Algo que nunca foi alcançado; até hoje, qualquer cogitação de envio de tropas norte-americanas para o exterior passa a ser acompanhada pela indagação de se o país enfrentará um novo Vietnã. Bill Clinton teve que responder essa indagação continuamente durante sua presidência, assim como George W. Bush. Longe de conseguir superá-lo através de novas ações militares vitoriosas, elas acabaram, na medida em que se mostraram desastrosas, por fortalecê-lo. A Guerra do Vietnã surge como um passado traumático que não desaparece, como um daqueles eventos que não podem ser esquecidos e nem adequadamente lembrados pela ambuiguidade de seu significado, de forma "a reduzir a sombra que projetaram sobre a capacidade do grupo de entrar em seu presente e visualizar um futuro livre de seus efeitos debilitantes" (WHITE, 1998, p.196). Ele emerge então como um fantasma, nem vivo, nem morto, apenas rondando em torno das mentes dos norte-americanos, pronto a sussurrar "lembra-se de mim" a cada nova possibilidade de uma investida militar no estrangeiro. Ele é um passado que não está abolido, mas que tem dificuldade de ser transformando em um princípio orientador para o futuro ou mesmo para o próprio presente, no qual, mais do que qualquer outra coisa, ele exerce um impacto profundamente desorientador. Esses exemplos revelam como o passado norte-americano sob diferentes formas passou a incessantemente saquear o presente, tornando-o seu refém e o impedindo de direcionar seu olhar para qualquer horizonte para além dele.

As eleições presidenciais de 2016 foram sintomáticas desses fenômenos. A campanha de Bernie Sanders com seu slogan *A future to belive in* ainda que tivesse proposta uma forma de crença em um futuro, se centrou muito mais na afirmação da necessidade da volta ao passado do *new deal* e do consenso liberal da década de 1950 do que propriamente na construção de uma nova projeção futurista. As contínuas aparições de Franklin Roosevelt em seu discurso evidenciam isso. Ainda que se aproxime de terminologias de uma experiência futurista de tempo e defenda necessidade de rompimento com o presente, as políticas de tempo de Sanders parecem muito mais prescrever uma espécie de retorno a um passado desviado pelo projeto neoliberal que precisa ser reconquistado. Poderíamos falar da sua campanha como uma busca

por outros presentes possíveis, mas ainda fortemente pautado pelo passado, não calcado substancialmente em uma legitimação e projeção de futuro característicos do regime moderno de historicidade. Ele é, como resultado, uma projeção que se imagina futurista, mas que se torna passadista pela conversão do passado em projeto de futuro. Por sua vez, a campanha de Hillary Clinton foi marcada pela histeria neoliberal à ameaça de Sanders ao mercado. Algo que, mesmo após as eleições, continua evidente, tendo em vista que a derrota de Clinton em 2016 acirrou a disputa pelo futuro do Partido Democrata. Já Donald Trump com seu slogan *Make American Great Again*, apontava para um declínio do presente sem oferecer, contudo, uma projeção de futuro para romper com este. Ao contrário, ele prevê um retorno ao passado como a solução para ele. Isso fica nítido quando ele e seus apoiadores e eleitores são perguntados qual o momento em que a "América" foi "grande".[12] As respostas variam entre a Era Reagan na década de 80 e a década de 50, mas a resposta mais comum é em sua fundação, demostrando quase uma busca pela reatualização do mito fundador no presente. Deste modo, não apenas em vários momentos o passado do país tornou-se o principal centro dos debates durante as eleições, como ele próprio foi encarado como capaz de oferecer uma nova ordem ou panaceia para o presente.

É claro, diversas revoluções e utopias tomaram exemplos do passado para si; como Marx havia afirmado no 18 Brumário de Luiz Bonaparte: "justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado" (MARX, 2011, p.25). O empréstimo dos nomes e palavras de ordem desse passado serviam, contudo, "para glorificar as novas lutas e não para parodiar as antigas" (MARX, 2011, p.27). Portanto, enquanto a Revolução Francesa e a própria Revolução americana referenciavam o passado da Roma republicana, elas não buscavam retomar ela no presente. Ao contrário, durante a Independência havia uma necessidade premente de romper com o passado, colocando o futuro no centro da imaginação norte-americana. À medida em que a Revolução americana é transformada em passado nacional, ela também se torna um ponto de constante lição e exemplo para o presente. O discurso político dos Estados Unidos continuamente a referência, inserindo um determinado presente de lutas como parte de um processo histórico mais amplo iniciado durante a Independência. Todavia, enquanto esses dois pontos no tempo são articulados, o horizonte está continuamente direcionado ao futuro, nas perspectivas do que está por vir. A mudança está justamente no fechamento do futuro no sentido moderno do conceito no horizonte de expectativas da política norte-americana. O passado é, então, transformado não apenas em

[12]Para a visão do então candidato sobre quando a "América" foi grande ver <https://nyti.ms/2H6iURQ>, para a visão de seus apoiadores ver <https://bit.ly/31C1Jkn>

exemplar para o presente, como também no próprio horizonte desse. Sua recuperação não é apenas possível, mas também necessária.

Considerações Finais

Podemos perceber como o impacto do fim da Guerra Fria no momento em que ela terminou, um momento de profunda crise e de ascensão do neoliberalismo da periferia do capitalismo para o centro intensificou um processo de radical mudança na forma como o tempo é experienciado nos Estados Unidos. Sentindo a perda da capacidade de agir na história pelo distanciamento dos eventos no Leste Europeu, presos a uma racionalidade que vilipendia toda e qualquer ruptura com ela, os norte-americanos têm dificuldade de ver um futuro que não seja obscurecido. E as tentativas de escapar dessa prisão tomam o passado como novo horizonte.

O fim da Guerra Fria e a crise econômica lançaram, portanto, dúvidas em relação ao projeto norte-americano de futuro. A dissolução da URSS veio como uma surpresa que longe de afirmar a validade do Sonho americano como Fukuyama havia defendido, tornou as incertezas em torno dele mais nítidas e urgentes. E, ao contrário de outros momentos de mudanças radicais e de crises em que novas formas de imaginar o projeto de futuro dos Estados Unidos foram produzidas, essa recessão viu o neoliberalismo tomar qualquer nova ruptura como um ameaça de novas catástrofes por vir. Uma sensação cada vez mais crescente de medo em relação ao futuro tornou o presente neoliberal, ainda que ruim, mais confortável que um salto ao escuro. Consequentemente, o fim da Guerra Fria apresentou uma oportunidade para a imaginação de novos futuros, mas longe de produzi-los, os Estados Unidos haviam visto a recusa de qualquer rompimento, de qualquer possibilidade de um novo futuro.

Essa recusa marcou a existência de uma tensão, que intensificou o pessimismo e a sensação catastrófica em torno da recessão. Uma tensão na existência paralela de uma negação e de uma aceitação do presente, de um desejo por mudanças e de uma recusa por elas. Pois, para que haja uma nova perspectiva de futuro é necessário primeiro um desejo por esse, porém ele é um desejo por uma ausência, por um não lugar, que necessita atribuir um caráter negativo ao presente para ser realmente desejado e imaginado. O fundamento de todo projeto de futuro é a crítica ao presente. Se aceitasse o presente temporal, não há como esse desejo existir adequadamente. Deste modo, ao passo em que se encarava negativamente o presente de crise, a política se recusava em romper com o presente temporal do neoliberalismo. Os críticos de Fukuyama à direita eram o grande exemplo desse fenômeno. Eles recusavam aquele momento como o fim da história, o recusavam como um momento de declínio, porém não poderiam aceitar uma nova

alternativa que não o próprio modelo então vigente e consolidado desde Ronald Reagan. O eterno presente era o único futuro admitido. É, dessa forma, que o discurso de Bill Clinton se tornava uma contradição em termos: ao mesmo tempo em que ele se apresentava sob o signo da renovação, ele se propunha uma continuação da política de seus antecessores, refletindo essa indeterminação em como lidar com o presente.

Por consequência, ainda que aceitando este presente, ele não foi o suficiente para dar o conforto que muitos norte-americanos exigiam frente às suas incertezas. O sonho utópico para o futuro não é um ideal de felicidade individual como o que o neoliberalismo propaga, mas de realização coletiva. É próprio do futurismo pensar o social em seu conjunto. O individualismo neoliberal não pode oferecer por si só conforto social, necessário principalmente em momentos de crise, levando o passado cada vez mais a tornar-se um espaço coletivo de fuga. Se não existem mais os sonhos de futuro, pelo menos há conforto na história do passado. De tal forma que as próprias tentativas de romper com esse presente o tomam como mecanismo desse rompimento. Recusando o presente, o único futuro que parece restar é o passado, revelando o grau de perda de futuridade na imaginação norte-americana. Consequentemente, seja em nome de administrar o que está vigente, ou de buscar a retomada de um passado perdido, a política abdica do futurismo, que cada vez mais parece desaparecer do seu horizonte.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

AVILA, Arthur. O Passado Norte-americano na Era da Fratura: episódios das guerras de história nos Estados Unidos na década de 1990. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, vol.22, n. 40, p. 327-344, 2016.

BROWN, Wendy. End of Liberal Democracy. In: *Edgework: critical essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005, p.37-59.

CHRISTIE, Kenneth. Introduction. In: *United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy*. Abingdon: Routledge, 2008

DAVIS, Tami; LYNN-JONES, Sean. City Upon a Hill, *Foreign Policy*, n. 86, 1987, p. 20-38.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*, n. 16, 1989, p.3-18

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade presentismo e experiências do tempo*. São Paulo: Autêntica, 2015.

JAMESON, Fredric. Revisiting Postmodernism An Interview with Fredric Jameson. *Social Text 127*, vol.34, No. 2, p.143-160, 2004.

JAMESON, Fredric. O fim da temporalidade. In: *Art Cultura*, vol. 13, nº 22, p. 187-206, jan.-jun., 2011.

JAMESON, Fredric. A Política da Utopia. In: *New left review,* vol.25, 2004, p.159-176, jan-feb., 2016.

JOHNSON, Roger. Victory and Identity - The end of the Cold War in American imagination In: KENNET, Christie. (ed.). *United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy*. Abingdon: Routledge, 2008.

LOREZ, Chris. Unstuck in time. Or: the sudden presence of the past In: *Performing the Past Memory, History, and Identity in Modern Europe.* Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCDOUGALL, Walter. *Promised Land, Crusader State: The American encounter with the world since 1776*. Boston: Mariner Books, 1997.

MCEVOY-LEVY, Siobhan. *American Exceptionalism and U.S. Foreign Policy Public Diplomacy at the End of the Cold War*. Londres: Palgrave Macmilla, 2001.

MUDROVCIC, Maria Inés. Crisis del futuro: politica y tiempo. In: *Ariadna Historica*. Lenguajes, conceptos, metáforas, n.4, p. 99-115, 2015.

OSBORNE, Peter. The Politics of Time. *Radical Philosophy*, 64, 1993, p.3-9.

OSBORNE, Peter. The Politics of Time: modernity and avant-garde. London: Verso, 1995.

RUFER, M. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. Mem.soc, vol. 14, n.28, p.11-31, 2010.

STEPHANSON, Anderson. *Manifest Destiny. American Expansion and the Empire of Right*. New York: Harper Collins, 1995.

THOMPSON, Peter. Introduction In: *The Privatization of Hope: Ernst Bloch and the Future of Utopia*. Durham: Duke University Press, 2013, p.1-20.

WHITE, Hayden. O evento modernista. In: *Lugar Comum*, n. 5-6, p. 191-219, 1998.